

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

CENTRO SÓCIO - ECONÔMICO

O ESPAÇO FAMILIAR
E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Aprovado Pelo DSS
Em 18/07/95


KRISTYNA MATYS COSTA
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE-UFSC

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social, da
Universidade Federal de Santa Catarina,
para obtenção do Título de Assistente
Social.

CLÉA CRISTINA PORTO

FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 1995.

“De tudo ficaram três coisas:

A certeza de que estamos começando, a certeza de que é preciso continuar, a certeza de que podemos ser interrompidas antes de terminar. Fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sonho uma ponte, da procura um encontro. E assim terá valido a pena existir”.

Fernando Sabino

Dedicatória

Dedico este trabalho a todas as mulheres, de todos os povos e de todas as raças, às que já foram, às que continuam e... às que ainda virão.

Agradecimentos

Gostaria de expressar os mais sinceros agradecimentos a todas as pessoas que colaboraram comigo nesta caminhada.

Como não será possível a menção de todos, agradeço especialmente a:

A Deus, pela vida, e porque com sua luz, acompanhou minha jornada.

Júnior, meu companheiro, pela compressão, afeto e constante apoio nesta caminhada...

Claudiomar e Cristina, meus pais, que me incentivaram durante todo o curso.

João e Carmem Lopes, que em todos os momentos estiveram presentes. Obrigado pelo incentivo e força para continuar.

Ana Maria Mafra Dal-Bó, minha supervisora e amiga, valeu pela contribuição na minha formação. A ti meu carinho e respeito.

Marli Venzon, por orientar e acompanhar este trabalho, obrigado pelo apoio e confiança.

Aos meus irmãos, Cláudio e Claudia que nos momentos difíceis, não cansava de me dizer que tudo daria certo.

Tânia e Arlete, Assistentes Sociais do Fórum, e, também amigas do campo de estágio.

Amigas: Ana Claudia Fraga, Ana Cristina e Angela Amorim, obrigada pelas palavras ditas nos momentos difíceis.

Todos os usuários do Fórum da capital, pois através de suas contribuições, foi possível a realização deste trabalho.

Todas as amigas da turma, com quem gostei muito de passar esses quatro anos de curso, pois sua amizade me fizeram crescer. Obrigada...

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
-------------------------	----------

CAPÍTULO I

RELAÇÕES DE PODER: ESPAÇO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	8
--	----------

1.1. A CONDIÇÃO DE SUBMISSÃO DA MULHER.....	9
1.2. O HOMEM COMO AGENTE DO PODER.	14
1.3. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: EVOLUÇÃO, FORMA E CARACTERÍSTICAS.	17
1.3.1 <i>Tipos de Violência.</i>	22
1.4. A LUTA DA MULHER PELA CONQUISTA DE SUA EMANCIPAÇÃO.	29

CAPÍTULO II

O SERVIÇO SOCIAL NA VARA DA FAMÍLIA NO FÓRUM DA CAPITAL	38
--	-----------

2.1. SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA.....	39
2.2. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM ESTUDO DA REALIDADE DE VARAS DA FAMÍLIA	44
FÓRUM FLORIANÓPOLIS.	44
2.2.1. <i>Análise da Pesquisa.</i>	45

CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
-----------------------------------	-----------

SUGESTÕES.....	56
-----------------------	-----------

BIBLIOGRAFIA.....	57
--------------------------	-----------

Introdução

Questiona-se o significado de ser mulher, no sentido mais amplo do termo, tanto biológico, psicológico, social e intelectual. Afinal, o que é ser mulher?

Somos criadas de forma preconceituosa e discriminativa. Aprendemos, logo cedo, que mulher cuida da casa, tem filhos, com dever de criá-los, e, principalmente de submeter-se ao pai e ao marido, porque “pensa com o coração”, “não serve para os negócios”, “é frágil”.

É nesse contexto que se evidencia a violência contra a mulher.

As mulheres foram e, ainda são, vítimas de uma forma autoritária e excludente de viver em sociedade.

Papéis lhes são passados, através da ideologia dominante, e é essa ideologia que lhe dita as normas e valores, diz o que é certo e errado, como deve agir, ou de deixar de agir.

Segundo Gil (apud Azevedo, 1985: 17)

“A violência pode ser definida como atos e condições que obstruem o desabrochar espontâneo de potencial humano inato, a tendência - inerente a todo ser humano.

Podendo, também estabelecer e reforçar condições que privam, exploram e oprimem os outros, e que, conseqüentemente, obstruem o seu desenvolvimento”.

Acontece que, às vezes, a própria vida e a crise social se encarregam de desmistificar a submissão.

O homem não dá conta de desempenhar seu papel de provedor da família, o marido abandona o lar, ou não assume a paternidade, e a mulher, na maioria das vezes, assume a chefia da família, de forma hábil.

E assim nasce a nova mulher. Nascer de novo, livrar-se dos preconceitos, da força do homem e tabús impostos pela sociedade. Este é, hoje, o seu desafio.

Ao longo da história, as mulheres estão evoluindo e muito, pois, afinal, estão cada vez mais, transformando-se - para que possam viver como pessoa plena em sua condição de cidadã de direitos e deveres - assumindo a condição de mulheres, mães, companheiras e trabalhadoras, enfim um "ser humano mais completo".

O nosso trabalho de conclusão de curso apresenta-se da seguinte forma:

No primeiro capítulo, disserta-se sobre as relações de poder: espaços da violência contra a mulher, onde serão apresentados a condição de submissão da mulher ao longo de sua história.

O homem como agente de poder, a violência contra a mulher, sua evolução forma e características, onde também serão colocados os tipos de violência de que as mulheres são vítimas.

Também abordaremos a questão da emancipação e as conquistas de seus direitos.

No segundo capítulo focalizaremos a sistematização de nossa prática, bem como apresentaremos os fatos e depoimentos das mulheres vítimas de violência atendidas no Fórum da capital.

CAPÍTULO I
RELAÇÕES DE PODER: ESPAÇO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER.

1.1. A condição de submissão da mulher.

Desde os primórdios da civilização, a mulher era considerada a célula-mãe, aquela que apenas continuava a raça, pois o homem desconhecia a importância de sua participação na reprodução humana.

Esse desconhecimento garantia à mulher, nessa época, um papel igualitário nas relações familiares, sendo que esta contribuía para a subsistência da família através da caça e da coleta de alimentos.

De acordo com a citação abaixo, em todas as civilizações, a mulher desenvolveu um papel econômico fundamental.

"A mulher contribuía para a subsistência de sua família e para criar as riquezas sociais. Especialmente no estágio anterior à revolução agrícola e industrial, as mulheres trabalhavam nos campos e nas manufaturas, teciam, fiavam e realizavam tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como unidade de produção, as mulheres desempenharam uma grande contribuição na economia."

(Saffioti, 1987)

Com o passar do tempo e a mudança de hábitos, o homem primitivo passou de caçador nômade a agricultor sedentário e, com isso, as relações humanas foram-se modificando. Com o surgimento dos primeiros progressos técnicos, os homens passaram a apropriar-se da terra e a desenvolver a agricultura e a criação de gado.

Nesse momento, desencadeia-se a acumulação e o armazenamento de bens de consumo e a divisão do trabalho, dando margem para que as trocas fossem substituídas pelo comércio.

Com essas mudanças, a condição da mulher em nada se alterou, pois seu ingresso no comércio era difícil e continuava exclusivamente a manter a ordem no lar e os cuidados com os filhos. Por essa razão, vê-se sobrecarregada e torna-se propriedade do homem, pois, à medida que o homem apropria-se da terra, acha-se dono da lavoura, dos animais e também da mulher.

Durante a Idade Média, do século VII ao XV, era desenvolvida a economia de subsistência, ou seja, a agricultura.

"Nesse período, a família assumia as tarefas da unidade econômica, que se caracterizava como sendo de autoconsumo, pois na casa produzia tudo o que era necessário e que viesse a servir os seus membros".

(Weber & Fontana, 1984:12)

As terras eram propriedades dos Senhores Feudais, sendo sua função cuidar de seus bens e participar de toda a dinâmica social, e, às mulheres, eram atribuídas as atividades domésticas.

Segundo Prado (1981:65), o tipo de família encontrado nessa sociedade era a tradicional, extensa ou patriarcal, consistindo em uma estrutura familiar que, não somente identificava o indivíduo pela origem paterna, mas dava ao homem o direito prioritário sobre a mulher e os filhos.

Nessa sociedade, o pai era visto como o provedor do sustento da família.

"A família patriarcal é conflitiva em decorrência do fato de ser o local onde se desenvolve um constante jogo de interesses entre os sexos,

gerando um confronto permanente, íntimo, privado e necessário. Como a família é a família patriarcal, a forma de sedução dos conflitos é por dominação oculta (violência simbólica sutil ou explícita violência física)".

(Wolman, 1980)

O sistema patriarcal impedia a mulher de tornar-se sujeito de sua própria história, a não ter liberdade nem para escolher seu companheiro, pois quem determinava os casamentos eram os patriarcas, segundo os interesses familiares. Em síntese, a mulher, quando solteira, vivia sob as normas dos pais e, ao casar, essas normas eram transferidas para o marido.

Havia muitos casos-em que as moças só iam conhecer seu companheiro no dia do casamento, pois não tinham nenhum tipo de relacionamento anterior (namoro, noivado).

O casamento era realizado mediante o gosto do patriarca, sendo que qualquer problema entre os cônjuges deveria ser mantido dentro do lar. Todos os familiares deveriam evitar a dissolução do matrimônio, pois qualquer conflito deveria ser superado.

Esse casamento deveria ser eterno, ficando para a mulher a responsabilidade pela relação.

Essa ideologia era repassada também pela igreja, pois nessa época, a educação estava a seu encargo, já que era detentora do poder e caminhava de mãos dadas com os patriarcas (senhores feudais), realizando os casamentos segundo esses valores, e reforçando o poder dos patriarcas, aos quais era atribuída autoridade natural e divina.

Para confirmar o quanto a igreja legitimava o sistema patriarcal, abaixo descrevemos as palavras de Chauí em relação ao assunto, abordado em seu livro "A Perspectiva da Mulher".

"O sistema patriarcal é o "locus" privilegiado de dominação de um sexo sobre o outro, de uma geração sobre a outra.

É uma instituição andocêntrica e adultocêntrica, assentada num padrão hierárquico de relações intersexuais e Interdependência que exige submissão e obediência da mulher e os filhos ao dono da casa, de quem são, aliás, propriedades com direito de exclusividade".

(Chauí, 1987:58)

Ao analisarmos a condição da mulher nesse contexto, torna-se bem clara a sua posição de inferioridade em relação ao homem, restando-lhe a submissão imposta pela sociedade da época. Aos homens eram atribuídas todas as responsabilidades ligadas à vida social, como: cultura, política, economia, dentre outros. Às mulheres não era atribuído nenhum reconhecimento, contribuindo para a sua negação em todos os segmentos civis e políticos.

"A negação dos direitos civis e políticos à mulher, limitava portanto, a esfera de sua atuação."

(Saffioti, 1979:67)

Com essa situação, as mulheres não tinham nem vez nem voz, pois eram os homens que decidiam tudo por elas, desencadeando, assim, a negação da mulher enquanto sujeito.

Na verdade, o que a autora quer mostrar é que à mulher restou apenas a anulação do seu comportamento, personalidade, caráter e direitos, sendo sua vida feita apenas de deveres relacionados à função doméstica.

"O poder do homem não foi, inicialmente, uma idéia maldosa. O peso da dominação do homem sobre a mulher, que carregamos até hoje, provém dos desvios históricos da nossa sociedade. É evidente que, nos primórdios, existiu uma idéia que o impulsionou".

(Viezer, 1989:12)

Não era idéia maldosa, pois conotava proteção; os homens tinham a mulher como sexo frágil, e com essa mentalidade havia uma super proteção.

Atualmente nós mulheres, ainda sofremos muito com esse passado oriundo de acontecimentos independentes da vontade do homem que agia sem maldade e sem consciência de que isso contribuía para a submissão das mulheres.

Como somos frutos de uma sociedade conservadora, esse poder vai sendo passado de geração a geração.

Desde nossa infância, aprendemos que os nossos pais exercem poder sobre os filhos e sobre a esposa, pois somos educados para respeitar e conservar essa autoridade, de acordo com as leis e os costumes.

"a autoridade é fruto da aceitação de um grupo, no caso, o pai pode decidir a mandar"

(Carvalho, 1987)

1.2. O homem como agente do poder.

Não poderíamos viver sem as relações de poder, pois esse é necessário para a manutenção da estrutura social, enquanto parte integrante da sociedade.

As relações de poder são importantes, desde que este poder venha beneficiar-nos, e que não seja por si só subversivo e violento.

Segundo Arendt (apud Carvalho, 1987: 7)

"O poder é a maneira de chegar a um acordo quanto à ação comum, trocando-se opiniões sem violência."

Segundo a autora, o poder deve ser concebido dentro das ações democráticas, através do diálogo, de negociações entre os que tem o poder e os que não tem. As relações de poder deveriam ser exercidas de forma coerente e não enquanto sistema de opressão, dominação e exploração.

Essa relação de poder com que nos deparamos e que reafirma a submissão nos é passada de forma errônea, pois vivemos numa cultura e numa época em que os papéis dos sexos são bem definidos, porém, mal distribuídos; ao sexo masculino, tudo é permitido e, ao sexo feminino, tudo é restringido.

Concordamos com Azevedo, quando coloca que:

"é exatamente na medida em que a mulher aceita e se conforma com sua condição de 2º sexo, cuja identidade será atribuída e confirmada pelo homem, que ela poderá vir a ser a vítima, mas também cúmplice da violência contra si própria."

Além disso, ela apresenta medo da liberdade enquanto exercício da autonomia, desesperança quanto à própria capacidade de libertar-se."

Essa ideologia caracterizava-se pela desigualdade social, presente em todos os segmentos da sociedade, até na alimentação, pois o homem tinha o direito de alimentar-se da melhor comida.

"Talvez a desigualdade social entre homens e mulheres seja a mais fundamental de todas as desigualdades."

(Saffioti, 1984)

O machismo pode ser definido como ideologia do sexo, como sistemas de idéias, crenças e valores legitimador de um padrão não igualitário das relações entre homens e mulheres.

"O machismo, enquanto ideologia de sexo é, portanto, uma violência simbólica, uma forma de impor, um destinatário certo, um universo arbitrário de significados que visa seus próprios interesses, sem que ele perceba."

É uma violência sutil, disfarçada, cuja eficácia máxima consiste em fazer com que o polo dominado se convença da inexistência de opressão."

(Chauí, 1987:55)

O machismo enquanto sistema ideológico, vai oferecer modelos de identidade, tanto para o elemento masculino como para o feminino. É através deste modelo normalizante que o homem e a mulher tornam-se simbolicamente homem e mulher, e é através destes modelos que

ocultam as partes essenciais das relações entre os sexos. Essa ideologia consiste num sistema de normas e valores, elaborados pelo próprio homem com a finalidade de garantir a supremacia masculina e reforçar a inferioridade da mulher. Nesse contexto, essa ideologia transforma-se num sistema de dominação do homem sobre a mulher.

"Este sistema de dominação envolve não só o significado das relações de poder do homem/mulher como também procura dar conta das articulações entre os diferentes níveis e nos diferentes sentidos desta ideologia."

(Saffioti, 1984)

Quando falamos em diferentes níveis, estes implicam nas diferenças que os homens possuíam sobre a mulher a nível econômico, social, político e profissional. Os homens não permitiam que as mulheres tivessem melhores oportunidades que as suas.

Todos esses fatos contribuíram para que cada vez mais a mulher fosse vítima do sistema que a explorava e a agredia.

Nesse contexto, sobressai o problema da violência, fazendo-se presente desde os primórdios da humanidade.

1.3. Violência contra a mulher: evolução, forma e características.

Por mais que recorramos à história, a violência contra a mulher se fará presente em todas as épocas, revelando suas diferentes formas.

Isso mostra que viver em sociedade foi sempre uma experiência com violência.

Podemos citar como exemplo os fatos que permitiram a sobrevivência dos homídeos, que se utilizavam de sua violência numa mesma escala, desconhecida pelos outros animais, podendo com isso, suprir suas debilidades naturais. Essa violência era utilizada para sua sobrevivência e a conservação da espécie.

O homem construía artefatos e estes eram utilizados em sua defesa e no ataque, como podemos citar a descoberta do osso, utilizado como arma para proteger-se dos inimigos, e era essa violência que garantia sua sobrevivência.

Essa violência estava presente também nos animais. A Gazela come as plantas, e Leopardo come a Gazela, os peixes grandes comem os peixes pequenos e estes, por sua vez, são comidos pelos peixes maiores. Todos esses seres utilizavam-se da Lei da sobrevivência.

Os seres humanos sobreviveram, a exemplo de outras criaturas, através da violência, mas esta não acontecia em seres da mesma espécie; essa violência visava a subsistência e a conservação da espécie.

Em algum ponto dessa trajetória, foi formado o primeiro núcleo da civilização - a família. Nesta, os machos mais fortes, literalmente, arrebatavam a própria fêmea, dominando-a através da força.

É nesse contexto histórico que vamos encontrar aquela figura clássica do homem das cavernas, puxando uma mulher pelos cabelos.

Essas mulheres submetiam-se a essa situação, não por vontade própria, mas, pelo fato de estarem acompanhadas por um homem seriam protegidas de outras violências.

Dai criou-se o paradigma da fragilidade feminina, ou seja, incutiu-se na mulher a idéia de que ela necessitava de um ser mais forte para protegê-la. Com esse argumento, assegurou-se a assimilação da falsa fragilidade e submissão feminina, o que caracterizava uma forma de violência.

Essas formas de violência dizem respeito aos aspectos que transcendem o nível físico do homem para atingir sua dimensão cultural, política, econômica.

Deixa de ser uma agressividade necessária frente a um universo hostil para tornar-se uma forma adotada pelo homem para organizar sua vida em sociedade, tendo como princípio básico a dominação de um grupo sobre o outro.

A violência contra a mulher é uma questão extremamente complexa; é parte integrante de todo um aparato histórico, que nos acompanha desde os primórdios da Civilização, que possui variadas formas e deve ser entendida em seus contextos e particularidades. É sobre estas particularidades que abordaremos no presente estudo.

"Entendo por violência uma realização determinada das relações de força, tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais. Em lugar de tomar a violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é,

a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como ação que trata o ser humano não como sujeito, mas como coisa. Este se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência."

(Chauí, 1985:23)

"A violência são todas as formas de violação do corpo, da consciência e da vida, todas as formas de violação dos direitos do homem" (Cavazzuti, 1964).

A violência é toda a situação de dominação ou opressão que impeça alguém de realizar-se, ser mais. Numa palavra, violência é opressão.

A violência contra a mulher é um tipo de infração camuflada, que apresenta características de pouca visibilidade social. O conflito familiar passa a fazer parte do âmbito privado, onde os episódios de violência ficam difíceis de se tornarem públicos.

As próprias mulheres vítimas de violência, na maioria das vezes, omitem esses fatos por medo das consequências, pois existe um grande estigma em registrar publicamente um crime deste tipo, mas também o perigo real de retaliação por parte do marido. O que deveria ser visto como crime, dentro do seu contexto, recebe o nome de violência doméstica. Azevedo assim expressa: violência é

"uma forma específica de violência interpessoal, perpetuada pelo homem e dirigida à mulher"

Consideramos violência todos os atos e formas que nos impeçam de nos tornarmos sujeitos livres e iguais.

São todas as imposições que uns exercem sobre outros, numa forma de coação. Estas nos impedem a exercermos nossa liberdade de escolha, pensamento e reflexão, ou seja, nos anula enquanto sujeitos livres constituintes de nossa história.

A questão de violência contra a mulher está inserida num contexto mais amplo. Não podemos desconsiderar todos os aspectos que estão envolvidos nessa problemática, ou seja: o histórico, o cultural, o econômico, o político e o ideológico.

Ao recorrermos a história, podemos verificar que as esposas sempre foram submetidas a maus tratos; podemos citar, como exemplo, a mais antiga lei escrita em 2500 a.C., que permitia que os maridos espancassem suas esposas.

Em 1700 a.C., Hamurabi, o rei pagão da Babilônia, criou o famoso Código de Hamurabi, que continha 300 dispositivos legais pelos quais o homem era governado. Estes decretavam oficialmente que a esposa deveria mostrar total submissão ao seu marido, o qual possuía o direito de atribuir castigo a ela, por qualquer transgressão.

No Império Romano, o Código das Parter-Famílias sustentava: "Se apanhares tua esposa em adultério, poderás matá-la impunemente, sem julgamento, mas, se tu cometeres adultério ou indecência, ela não deve erguer um dedo contra ti, nem a lei o permitiria".

Não podemos deixar de levar em conta que vivemos numa sociedade machista, e que sempre foram os homens que elaboraram as leis, que de jeito algum, trariam benefícios para as mulheres, ou sequer permitiriam ou admitiriam que se igulassem ao homem. Todas essas leis eram feitas em benefício dos homens e contribuíam para que a violência se tornasse um segredo familiar bem guardado. As pessoas mais chegadas ao esposo espancador, como seus

melhores amigos, seus colegas de trabalho jamais suspeitavam que ele espancasse a sua esposa.

argumentar { Muitas vezes, ainda hoje, esses homens atuam bem na sociedade, em diversos papéis e grupos, sendo respeitados pelos colegas como modelo, no entanto em casa, com sua esposa utiliza-se da violência.

Segundo o autor Azevedo (1985: 56), a violência passa a fazer parte do contexto normal das relações entre os sexos, não configurando qualquer abuso, mas o simples uso legítimo da autoridade marital. A própria constituição fazia do homem o "cabeça do casal", ou seja, o único ser pensante e, na maioria das vezes, este fato contribuía para a violência. A partir disso, a divergência de comportamentos se acentua. Sabemos que o comportamento, tanto masculino quanto feminino não são naturais, mas, sim, adquiridos, pois os seres humanos nascem machos e fêmeas. E é através da educação que recebemos que nos tornamos homens e mulheres, pois nossa identidade social é socialmente construída.

" a única diferença natural entre os seres humanos é o fato biológico de nascer fêmea ou macho, como traço individual e a partir daí, o resto é social.

Dai em diante, cada um é inserido na sociedade através de uma "práxis" alienada, já em andamento.

Os homens passam pelo processo da fabricação dos machos e as mulheres são educadas para a submissão."

(Viezzler, 1989:105)

Ser macho ou fêmea não depende unicamente de nascermos homem ou mulher, mas, sim, de assumirmos papéis que, há séculos, nos vêm sendo passados pela sociedade como sendo masculinos e femininos e que cada vez mais subordinam as mulheres aos homens.

Essa concepção cada vez mais vem nos mostrar a opressão que as mulheres sofrem em todo o mundo.

Segundo Viezzer (1989: 9), o que pretendemos não é inverter a ordem atual das coisas, através de uma troca pura e simples de papéis sociais, que levariam a subordinar homens e mulheres. O que queremos é que novas relações possam ser pensadas de tal forma que homens e mulheres, sendo biologicamente diferentes, possam tratar-se como seres humanos iguais em direitos face à vida.

O fato de nascermos mulheres não significa que temos que nos privar dos direitos e isentar-mos dos deveres de cidadãos. A negação destes consiste numa forma de violência, ora sutil, ora agressiva, dependendo da intensidade dos argumentos utilizados. Entendemos por violência sutil a utilizada por coação e a agressiva quando é exercida através da força física, nem sempre percebida como ato e podendo ser considerada como um estado.

Quando representa um ato, pode ser enquadrada nas relações interpessoais diretas. Já no estado, implica exigências maiores, devido à complexidade e interdependência das situações. Dependendo das situações, a violência pode ser:

Direta: ato de violência; há necessidade de ataque ou defesa.

Indireta: encontra-se presente nas políticas sociais, econômicas e culturais.

1.3.1 Tipos de Violência.

Formas de violência, segundo Odália assumem várias tipologias:

- Violência Silenciada:

As muitas injustiças que ocorrem em nossa sociedade no campo social, político e econômico são silenciados pelo conformismo, gerado pela manipulação do Estado, que tem

toda sua ação voltada para a domesticação e violação de todos os direitos fundamentais da pessoa.

Diante disso, sofrem violência silenciada:

- as pessoas vítimas de exploração
- a mulher vítima da discriminação

- Violência Oculta:

É aquela que impede a organização e manifestação das pessoas através dos sindicatos, os movimentos populares e outros.

- Violência Divulgada:

Esta se dá através dos meios de comunicação, pois sua intenção é:

- desviar a atenção da população dos problemas importantes;
- fazer com que os responsáveis pela violência sejam os que se encontram o mais longe do Governo e das classes sociais.

- Violência Promovida:

A própria estrutura da sociedade origina a violência.

As relações sociais são decorrentes de um sistema baseado na dominação e exploração, as relações, antagônicas e competitivas, sendo o próprio sistema provedor da violência.

- Violência Política:

É identificada pela luta de classe, a tortura, o afastamento do povo para que não decida pelo voto o destino da sua história.

- Violência Social:

- preconceito
- racismo
- separação de sexos
- o problema da migração
- o problema da saúde, educação, moradia, saneamento básico e outros.

Todos esses tipos de violência são fatos sociais que degradem a pessoa humana; cada um deles parece negar a própria razão do homem viver em sociedade. Cada um deles desrespeita o ser humano por negar-lhe sua condição. São imposições que uns exercem sobre os outros, numa forma de coagir, agredir.

- Violência Física:

Abordaremos a problemática da violência física contra a mulher já que esta constitui-se a tema central do trabalho.

De todos os tipos de violência, a que se destaca mais é a agressão física, pois é mostrada à sociedade através das marcas visíveis e fáceis de serem identificadas.

Este é um tipo de violência que, a cada dia, mais se singulariza, se destaca da massa indiferenciada de atos violentos, adquirindo face própria, e, desse modo, se polariza.

Azevedo (1985: 24) coloca que "a" violência física se nutre e reforça as muitas violências através das quais a sociedade assegura que a mulher esteja sempre por baixo e não subverta a ordem vigente.

Esta violência é a mais complexa forma de dominação do homem sobre a mulher, prevalecendo a força física.

"Nem sempre, todavia a ideologia é suficiente para garantia da supremacia masculina. Os homens recorrem, com frequência, à força física para assegurarem o seu domínio. A violência física aparece, pois, como fator coadjutor no processo de simpatização do poder masculino."

(Saffioti, 1984)

Essa violência contra a mulher passa a ser entendida como braço forte do homem, mantém com ele uma relação de duplo sentido; ao mesmo tempo que reforça sua ideologia, é legitimado por ele.

Há toda uma ideologia destinada a justificar a violência física de que as mulheres são vítimas.

Os espancadores, colocam que as mulheres gostam de apanhar, passando pela massa popular que quem apanha é porque merece.

Além de serem vítimas de espancamento, as mulheres ainda sofrem com as discriminações de seus agressores que as tratam com desdém.

Segundo Azevedo (1985: 20), a violência se perpetua como um fim em si, violência expressiva ou como mecanismo para forçar a mulher a submeter-se às imposições do homem, violência instrumental. A violência expressiva geralmente constitui o que denominamos abuso sexual. A violência instrumental costuma abranger o que conhecemos como abuso físico - ou espancamento de mulheres - e abuso psicológico.

No abuso sexual:

- caçoa da sexualidade da mulher
- acusa de infidelidade
- as mulheres geralmente são forçadas a manter relações sexuais
- agem com brutalidade

No físico:

- esbofeteia-a, agarra-a pelos cabelos
- dá-lhe socos e/ou pontapés
- golpeia-a em partes específicas do corpo
- aperta-lhe o pescoço, atira-lhe objetos
- deixa-a de cama
- quebra-lhe os ossos.

As agressões físicas são as mais evidentes possíveis, podendo tornar-se a mulher um indivíduo marcado por toda a vida com as lesões do espancamento, e às vezes, levar ao homicídio.

No abuso psicológico:

Normalmente, a mulher é acusada de todos os problemas familiares, submetida a críticas, tornando-se cada vez mais psicologicamente abalada, podendo até mesmo chegar ao suicídio.

Ainda conforme o autor anteriormente citado, o abuso sexual contra a mulher é uma violação de sua liberdade. Do ponto de vista psicológico, é uma agressão a ela.

Isso ocorre, não de forma necessária, mas sempre possível, de uma situação de conflito de interesses entre o homem, enquanto agente agressor, e a mulher, enquanto vítima.

Podemos observar que, em todas as três escalas, a morte do último constitui a agressão máxima; este é o último grau de violência.

Assim, de acordo com o exposto acima, podemos verificar que a mulher, cada vez mais, pode ser vista como uma grande vítima de tamanha violência.

O que mais surpreende e preocupa é que essas barbaridades são praticadas por seus maridos ou companheiros, ou seja, pessoas que compartilham o mesmo teto.

Heiborn, (1987: 13) reforça a idéia de que a supremacia do homem sobre a inferioridade da mulher gera conflitos, e, Conseqüentemente, a punição.

A violência física é tão forte, que incuti na sociedade a idéia de que a mulher sempre deve obedecer, respeitar, e se submeter e respeitar as ordens do homem. As mulheres agem desta forma com medo das conseqüências, pois correm o risco de sofrerem com a força brutal deste.

O Instituto de Ação Cultural - Idac (1984) declara que, ao espancar uma mulher, o homem vai muito além do corpo desta; na verdade, ele está expondo o seu próprio fracasso na relação.

A fragilidade da mulher leva à dependência que, por conseguinte, faz do homem um ser superior e próprio para proteção, condicionando a mulher a ver o seu lar como um porto seguro. No momento em que esta ordem é alterada ou abalada, a mulher sente-se perdida e receosa; é como se o chão fugisse de baixo de seus pés.

Ainda no que diz respeito ao assunto, o Idac (1984), relata que algumas mulheres, diante desta situação, preferem sofrer caladas a terem que enfrentar a humilhação social de mostrar seu casamento fracassado.

Já o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM (1987) coloca que a mulher apresenta várias justificativas para não denunciarem os maridos violentos:

- Acreditam que estão passando por uma fase difícil;
- insegurança econômica sem os maridos;
- vergonha, etc...

Atualmente, existem Órgãos e/ou Instituições próprias para auxiliarem as mulheres no combate à violência. Entre estes, podemos ressaltar o trabalho das Delegacias de Defesa da Mulher, que é o primeiro passo em busca de ajuda legal para combater essa situação.

As mulheres encontram nesses órgãos ajuda para o combate à violência física, cada vez mais lutando pela conquista de seus direitos.

1.4. A luta da mulher pela conquista de sua emancipação.

Concordamos com Maria Dolores Thiesen, quando coloca: "Lutar pela liberdade na sua diversidade em todas as instâncias sociais, e mostrar que a mulher por ser considerada sexo frágil, está dando um basta na questão da violência; é uma luta atual dos movimentos feministas. As mulheres, com esse movimento, estão mostrando que a subordinação é um fato histórico e pode ser transformado".

"A liberdade não é uma escolha voluntária entre várias opções, mas a capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir. É autonomia.

Não se opõe à necessidade (natural ou social), mas trabalha com ela, opondo-se ao constrangimento e à autoridade. Nessa perspectiva, ser sujeito é construir-se e reconstruir-se como capaz de autonomia numa relação tal, que as coisas e os demais não se oferecem como o campo no qual o que somos e fazemos pode ter a capacidade aumentada ou diminuída, segundo nos submetamos ou não à força e à violência ou sejamos agentes dela.

A liberdade é a capacidade para transformarmos, uma situação dotada de sentido que não teria sem fato, dando-lhe um significado que não teria sem nós e sem os outros."

(Azevedo, 1987:18)

Estas transformações vão acontecendo a partir do momento que as mulheres começam a engajar-se no processo político.

A mulher vem lutando arduamente pelos seus direitos, e, ao longo dos séculos, os ganhos foram muitos.

Em 1910, já se propunha o voto feminino, e, em 1919, a anarquista mineira Maria junta-se à zoóloga Bertha, para fundar, no Rio, a liga pela emancipação feminina, que, em 1921, se transformaria na Federação Brasileira para o Progresso Feminino.

Em 1932, finalmente, o direito de voto é concedido às mulheres. Nesse ano, houve, também, outras conquistas: igualdade salarial para ambos os sexos, restrição do trabalho feminino em 22 horas e 5 horas da manhã.

Na década de 60, há novas vitórias no campo da legislação. É assegurada a aposentadoria para as mulheres com 30 anos de serviço e proíbe-se a discriminação de sexo para efeito de nomeação em repartições públicas e autarquias.

Em 1975, declarado pela ONU o ano internacional da mulher, o movimento de mulheres brasileiras dá seu maior salto. Inúmeras entidades e sociedades pró-mulher surgem em todo o Brasil, trazendo a público discussões sobre problemas específicas da condição feminina, como saúde, violência, necessidade de creches e de igualdade salarial. Nos anos 70, as maiores vitórias no campo da legislação foram a conquista dos direitos previdenciários e a lei do divórcio.

Mais recente, a lei do divórcio 6515/77 trouxe várias inovações em outros campos do direito de família, além da introdução da dissolução do vínculo matrimonial.

Alterou-se a denominação do desquite para separação judicial, mantendo-se as duas formas, a Consensual e a Litigiosa. O antigo desquite amigável passou a chamar-se separação Judicial Consensual e o desquite Litigioso passou a chamar-se separação Judicial Litigiosa.

Foi também sancionada a lei que torna facultativo para a mulher usar o sobrenome do marido.

Os anos 80 vieram crescer a participação da mulher nas esferas do poder. Formaram-se diversas entidades de autodefesa da mulher, como o S.O.S. mulher, em São Paulo, e a Comissão de Violência, no Rio. Foram criados o Tribunal Bertha Luz para denunciar discriminações sofridas no trabalho, os conselhos da condição feminina, de âmbito nacional, e Delegacias especializadas no atendimento a mulheres (a primeira em São Paulo em 1980).

A participação da mulher no processo político no Brasil não é de hoje, em 1873 em Minas Gerais algumas mulheres defenderam o direito de votar. A partir deste período o sexo feminino tomou uma posição, chegando a assumir cargos representativos de partidos políticos na luta por melhores espaços na sociedade, pois o homem era visto como único em condições para votar, eleger e ser eleito.

A contribuição da mulher na sociedade se faz na relação política, econômica e social. Seja qual for a situação, a mulher é capaz de desempenhar qualquer papel que lhe é designado.

"Só em consequência de sua participação ativa nos mais diversos setores, assim como de seu envolvimento direto nas lutas reivindicatórias, é possível à mulher conscientizar-se, isto é, passar a perceber com clareza o contexto sócio-econômico em que vive".

(Saffioti, 1987)

Atualmente, a mulher vem lutando por seus direitos, ficando, assim, com um maior comprometimento e uma maior participação em toda a dinâmica social.

Contudo, não podemos desconsiderar que a mulher ainda sofre com várias discriminações em todos os segmentos sociais, pois os homens sentem-se ameaçados pela competição com a mulher no mercado de trabalho. Existem homens que ainda consideram que toda dinâmica social é específica deles e que a mulher deve assumir seu papel de mãe e companheira dentro das normas que a sociedade historicamente lhe impôs.

A sociedade precisa entender e tomar consciência que a mulher tem direito de ser sujeito de sua própria história. E, principalmente, admitir que deve à ela o direito de ser respeitada com igualdade, como pessoa humana, e resguarda-lhe apenas a diferença, como mulher.

A mulher, mesmo ligada ao matrimônio, deve ser livre para tomar decisões que a beneficiam enquanto cidadã, deixando de viver como no passado, onde era o marido que lhe ditava as ordens. Esse quadro vem se alterando ao longo da história, e nos mostra que a mulher é capaz de executar qualquer função; temos que mudar a mentalidade ultrapassada que coloca que o lugar da mulher é na cozinha.

É preciso, que a mulher se reencontre e se convença de sua confiança em si mesma. É necessário libertar-se das carapuças que vêm carregando ao longo desses anos, dos preconceitos, da violência e tabus que lhe foram impostos, para garantir a sua igualdade, e por um ponto final nas discriminações que ainda sofre.

Atualmente, a mulher está se conscientizando de seus valores, e de suas qualidades, e que possui forças para lutar por uma vida mais digna e sem violência.

A mulher não pode ser considerada sexo frágil, pois vem provando que possui condições de contribuir com o sexo oposto na construção de um mundo melhor. Prova disto são todas as conquistas que estas vem adquirindo ao longo de sua trajetória. É através destas

conquistas, fruto das lutas das mulheres que vamos obter mudanças. Exemplo: pois de acordo com pesquisas realizadas na revista Veja em sua edição especial mulher esta coloca que: 39,2% atuam no mercado de trabalho, realizando na maioria das vezes funções que, anteriormente, eram restritas aos homens, e 20,3% são responsáveis economicamente pela família, com a morte ou separação do cônjuge. Enfatiza-se às conquistas das mulheres na nova constituição promulgada em 1988:

- a concubina passa a ter direitos de esposa e filho
- o direito dos filhos receberem pensão alimentícia até os 18 anos.
- direito assegurado de creche e pré-escola gratuita para o filho até 6 anos

Estes são alguns destaques dos direitos adquiridos com a Constituição 1988, quanto a:

PREVIDÊNCIA SOCIAL:

Art. 201 os planos da previdência social, mediante contribuição, atenderão nos termos da lei:

III - proteção à maternidade e à gestante

IV - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro.

Parágrafo único - qualquer pessoa poderá participar dos benefícios da previdência social, mediante contribuição na forma dos planos previdenciários.

O ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO INCLUI

Art. 165 a constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social.

III - proibição de diferença de salário e de critérios de admissões por motivo de sexo, cor e estado civil.

X - proibição de trabalho, em indústria insalubres, a mulheres e menores de dezoito anos.

XI - descanso remunerado para gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo de emprego e de salário.

XVI - previdência social nos casos de doença, velhice, invalidez e morte, seguro desemprego, seguro contra acidente de trabalho e proteção a maternidade.

XIX - aposentadoria para a mulher, aos trinta anos de trabalho, com salário integral.

Parágrafo único: são assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos:

- salário mínimo
- irredutibilidade salarial
- 13º salário integral
- repouso semanal remunerado
- férias anuais remuneradas em um terço a mais de seu salário normal
- licença de 120 dias à maternidade
- aviso prévio proporcional ao tempo de serviço
- aposentadoria
- previdência social

SAÚDE

Art. 196 - a saúde é um direito de todos e dever do Estado.

Art. 198 - as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constitui um sistema único de saúde.

O SUS no Brasil deverá oferecer atendimento integral e prioritário às atividades de caráter preventivo, com a participação da comunidade.

A mulher e a criança, possuem atendimento integral, este encontra-se no PAISM-C (Programa de Assistência Integral da Mulher e da Criança), que contempla a mulher em todas as fases da vida.

- assistência clínico ginecológica
- saúde mental
- direitos reprodutivos e tratamento de infertilidade
- doenças sexualmente transmissíveis
- saúde na adolescência.

A mais recente Lei do Concubinato

Atos do Poder Legislativo

Direito de Família - Companheiros - Direito a Alimentos e a Sucessão

Lei nº 8.971, de 29 de Dezembro de 1994.

Promove profunda modificação no direito de família brasileira, regulando o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1 - A companheira comprovada de um homem solteiro, separado judicialmente, divorciado ou viúvo, que com ele viva há mais de cinco anos, ou dele tenha prole, poderá valer-se do disposto na Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968, enquanto não constituir nova união e desde que prove necessidade.

Parágrafo único: Igual direito e nas mesmas condições é reconhecido ao companheiro de mulher solteira, separada judicialmente, divorciada ou viúva.

Art. 2 - As pessoas referidas no artigo anterior participarão da sucessão do(a) companheiro(a) nas seguintes condições:

I - O(a) companheiro(a) sobrevivente terá direito enquanto não constituir nova união, ao usufruto de quarta parte dos bens do “de cujos”, se houver filhos deste ou comuns;

II - O(a) companheiro(a) sobrevivente terá direito, enquanto não constituir nova união, ao usufruto da metade dos bens do “de cujos”, se não houver filhos, embora sobrevivam ascendentes;

III - Na falta de descendentes e de ascendentes, o(a) companheiro(a) sobrevivente terá direito à totalidade da herança.

- Art. 3º - Quando os bens deixados pelo(a) autor(a) da herança resultarem de atividades em que haja colaboração do(a) companheiro(a), terá o sobrevivente direito à metade dos bens.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de dezembro de 1994; 173 da Independência e 106 da República.

ITAMAR FRANCO

Alexandre de Paula Dupeyrat Martins

(DOU, Seção I, de 30.12.94, pág. 21041).

Em 27/09/85 foi criada a segunda delegacia da mulher em Florianópolis, a qual realiza atendimentos a menores infratores e proteção à mulher vítima de violência.

Crescem os movimentos que combatem a violência contra a mulher, o Centro de Estudo Sobre a Mulher, entre outros.

Todos esses Movimentos e Leis tornam-se valiosas conquistas para as mulheres, que, ao longo do tempo, vêm lutando contra a exploração e opressão.

A mulher vem lutando por sua emancipação, ou seja, pela conquista dos direitos de cidadã.

Essas lutas vem ajudando a mulher vítima de violência a avançar na compreensão dos problemas que a envolvem e da necessidade de sua urgente superação.

CAPÍTULO II
O SERVIÇO SOCIAL NA VARA DA FAMÍLIA
NO FÓRUM DA CAPITAL

2.1. Sistematização da prática.

Nossa prática, como estagiárias de Serviço Social, deu-se nas Varas da Família, no Fórum da Capital, localizado à Praça Tancredo Neves, s/nº, no período de março a dezembro de 1994.

Cabe ressaltar que o serviço social nas Varas de Família foi implantado em 1981, devido à necessidade apresentada por um grande número de pessoas, que recorriam à instituição com problemas de ordem social. Assim, o profissional de Serviço Social, na instituição atua nos problemas sócio-jurídicos, relacionados com as questões familiares dos usuários, que na maiorias das vezes, precisam ser atendidas por um advogado da Assistência Jurídica Gratuita, pois são pessoas sem condições de arcar com os honorários advocatícios e os custos judiciais, e desconhecem seu direito a usufruir dessa assistência judiciária gratuita.

"a concessão da assistência jurídica aos necessitados é outro direito fundamental, previsto na constituição e que, se puder ser usado, contribuirá muito para a segurança.

Como se vem aqui demonstrando, todas as pessoas tem direitos. Acontece, porém, que muitas pessoas não sabem quais são seus direitos".

(Dallari, 1984: 50)

O profissional de Serviço Social, através de esclarecimentos e orientações, procura refletir com os usuários sobre seus direitos e deveres frente às questões por eles apresentados.

O profissional de Serviço Social da Vara da Família realiza atendimento ao público, de modo geral, de forma individualizada ou de atendimento da família, que procura, junto à justiça, uma resposta para seus problemas, carências de recursos e orientações. Esse atendimento pressupõe o estudo social em processo, elaborado por determinação judicial e que visa obter maiores informações a respeito do próprio processo bem como emissão de parecer do profissional de Serviço Social, a fim de que possa ser tomada uma melhor decisão. Sendo que na maioria das vezes, o parecer é acatado pelo juiz.

Os processos nos quais realizamos estudos sociais, referem-se a: Guarda de filhos, pensão alimentícia, separação de corpos, separação litigiosa, regulamentação de visitas, transferência de guarda, dentre outros.

Esses estudos são realizados através de visitas domiciliares e de entrevistas no setor de serviço social.

Nosso instrumento de trabalho é a entrevista, através da qual podemos compreender melhor uma determinada realidade social.

"a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer ou fizeram, bem como acerca de suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes."

(Gil, 1991:113)

Sendo assim, a entrevista se constitui no meio, por excelência, para estabelecer relação com o usuário, permitindo a intervenção do serviço social. Essa intervenção pode motivar,

ensinar, obter informações e ajudar os usuários a desabafarem as situações que, no momento, estão lhe perturbando.

A entrevista se constitui em um dos melhores meios de observar-se o comportamento de uma pessoa. É o meio de conseguir-se detalhes sobre uma problemática e é quase o único meio de chegar-se a uma compreensão de atitudes e sentimentos, pois, quando os usuários procuram o Serviço Social, é porque estão com problemas e vêm em busca de serviços especializados de apoio psicossocial, na esperança de seus problemas serem resolvidos. Segundo Maria do Carmo Falcão, “esses serviços seguem metodologia de apoio, classificação da demanda, problemas e necessidades, reflexão conjunta com as famílias sobre a forma de resolver o problema, informações e apoio para a solução do mesmo. Esse apoio visa desenvolver a autoestima, a capacidade de autodeterminação, pois o apoio psicossocial tem sempre um componente de ajuda.”

Jacques Salomé nos coloca que essa ajuda pode exprimir-se de múltiplas maneiras. Pode ser pontual, circunstancial ou ser vivida durante o longo espaço de tempo no âmbito de um processo de acompanhamento, de assistência.

Atualmente, podemos defini-la como uma “relação específica” pela qual uma pessoa será assistida para operar o nível de compreensão de uma situação. Isso pressupõe que “aquele que ajuda” é capaz de utilizar vários procedimentos. Além da capacidade de descentrar-se de desenvolver uma escuta ativa e poder reter a expressão do demandante, ele deverá ter a possibilidade de:

- compreender o problema nos termos em que se coloca para tal indivíduo, considerando-o como “único”, em uma existência singular;
- conhecer as relações de força, os constrangimentos circunstanciais que envolvem esse indivíduo;

- permitir ao outro integrar novas compressões, determinar melhor seus recursos, desenvolver sua capacidade de escolha para mudar sua situação.

A práxis do serviço social possui características singulares, por não atuar sobre uma única necessidade humana, tendo uma visão do todo, da globalidade. Sua especificidade está no fato de atuar sobre as necessidades humanas, que demandam sua intervenção; supõe um processo de ação - reflexão - ação. É uma atividade humana que superou a consciência comum para um nível superior de consciência, que se expressa em ação criadora, transformadora. Os usuários nos chegam, na maioria das vezes, muito fragilizados em virtude das situações conflituosas que estão vivendo. O profissional de serviço social vai acolhe-lo, tal como ele é, com suas possibilidades e limites.

A aceitação é um princípio de ação, segundo o qual o assistente social compreende e trata o usuário como ele é, em realidade, incluindo seus pontos fracos e fortes, suas atitudes destrutivas e sua conduta, mantendo, durante todo o tempo, uma percepção de sua dignidade inata e valor pessoal.

A aceitação da pessoa consiste em respeitá-la em sua integridade como ser humano, portadora de problemas e necessidades. Na medida em que o usuário se sente a vontade para resolver-los, passa a sentir-se capaz de encarar-se com o é, a explorar os seus pontos negativos e a dispor-se a auxiliar-se mais eficientemente.

O assistente social deve conduzir a situação de modo a que o usuário passe a compreender suas próprias capacidades, para modificá-las.

As pessoas que comparecem ao setor de serviço social são pessoas de baixo poder aquisitivo, na maioria das vezes, com renda familiar em torno de 2 salários mínimos e nível de escolaridade restrito ao primeiro grau incompleto.

Sendo assim, não tem mão-de-obra qualificada e, para sobreviverem, trabalham em subemprego. Os homens são: serventes, sapateiros, jardineiros e as mulheres, na grande maioria, são domésticas e faxineiras.

Durante esse processo de aprendizado o que mais nos chamou a atenção foi que 90% da clientela atendida no setor eram mulheres, sendo que muitas destas eram vítimas de violência, praticada por seus maridos ou companheiros. Diante esta problemática, que vivenciamos diariamente no setor, sentimos a necessidade de nos aprofundarmos teoricamente a questão da violência contra a mulher, razão pela qual elaboramos o presente estudo.

2.2. Violência contra a mulher: um estudo da realidade de Varas da família

Fórum Florianópolis.

Para proceder a investigação, decidiu-se adotar a pesquisa qualitativa.

A preocupação essencial, na abordagem qualitativa, é considerar a importância e o significado que os sujeitos atribuírem aos fenômenos que influem na escolha das técnicas consideradas adequadas para a investigação.

“a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social.”

(Richardson, 1985:131)

Utilizamos, a amostra por acessibilidade, pois, nesta, o pesquisador seleciona os usuários a que tem acesso.

O universo da pesquisa se constitui em 45 mulheres vítimas de violência, atendidas durante o período de estágio, e das quais 20 foram entrevistadas.

A partir da análise e reflexão da fundamentação teórica, foram definidos as questões norteadoras desta pesquisa.

1 - Como a violência se manifesta no cotidiano das famílias usuárias da Vara da Família - Fórum Florianópolis ?

2 - Em que circunstâncias as mulheres vítimas de violência permanecem na relação com companheiro espancador ?

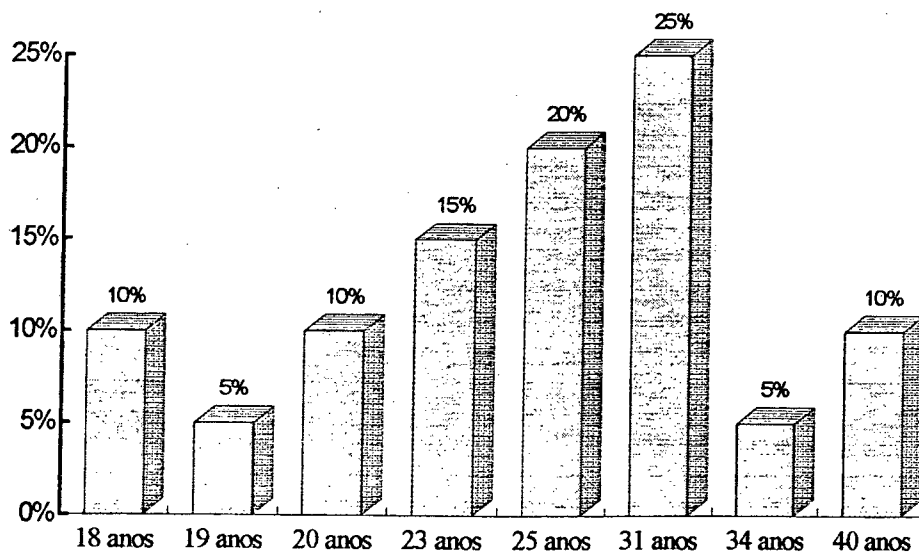
3 - Como as mulheres que sofrem maus tratos de seu marido ou companheiro reagem à violência ?

Como instrumento de pesquisa, foi utilizada a entrevista aberta, com o uso do gravador e posterior transcrição, objetivando-se a fidedignidade dos resultados.

2.2.1. Análise da Pesquisa.

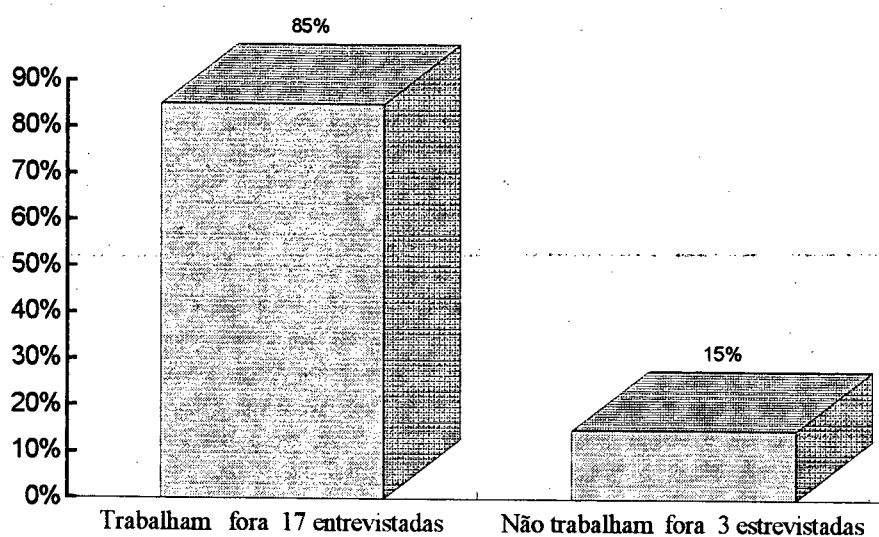
Conforme as entrevistadas podemos constatar que a faixa etária está relacionada com os dados do gráfico abaixo.

Gráfico 1. Distribuição da faixa etária das entrevistadas.



Através destes dados, podemos constatar que as entrevistadas se situam na faixa etária entre 18 a 40 anos, prevalecendo as incluídas na faixa de 23 a 31 anos.

Gráfico 2. Mulheres que exercem atividades remuneradas.



Das entrevistadas, 85% exercem atividade remunerada para contribuir no orçamento familiar.

As 15% que não trabalham fora dedicam-se as atividades domésticas e aos cuidados dos filhos, devido à proibição de seus companheiros, que dizem que “lugar de mulher é em casa, cuidando dos filhos”.

Essas falas nos deixam bem claro o quanto, ainda hoje, é forte o poder do homem sobre a mulher, privando-a, cada vez mais de sua liberdade de escolha, e se coloca como o cabeça do casal, aquele que decide por todos os membros da família.

Depoimento da Sra. V. M. S., 32 anos, casada há 5 anos com o senhor J. A. S., colocou-nos que seu marido não permite que ela trabalhe fora, alegando que “*lugar da mulher é em casa, cuidando dos afazeres domésticos e dos filhos*”; que foi para isso que se casou.

Segundo Vilela (apud Azevedo, 1985:19)

“violência é toda iniciativa que procura coação sobre a liberdade de reflexão, de julgamento e de decisão e que termine por rebaixar alguém ao nível de meio instrumento num projeto, que absorve e engloba, sem tratá-la como parceiro livre e igual”.

Nesse depoimento, podemos verificar o poder do homem sobre a mulher, como o homem exercita seu poder. Torna-se o único ser que pode mandar e decidir, colocando a mulher como ser obediente e submisso.

A Sra. N. T. Z., 40 anos, diz que:

“meu marido possui uma sapataria, mas eu não tenho acesso a nada que a ela diga respeito. Outro dia, chegou mostruário das tintas, e eu disse que poderia ajudar a escolher as cores e ele me falou que isso não me dizia respeito”.

Segundo essas mulheres, vivendo sob o poder dos homens, vêem-se humilhadas, pois lhe são negados, até mesmo, os direitos de vez e de voz, o que contribuem para que seus direitos de escolha sejam anulados.

A Sra. M. A. G. D., 32 anos colocou-nos que:

“vivo humilhada, não tenho mais gosto pela vida e nunca soube o que é felicidade. Quando solteira, não tinha um bom relacionamento com meu pai, por ser autoritário demais. Ao casar-me com R.J.D., a situação piorou”.

Nesta colocação, constata-se a transferência do poder do pai para o marido.

“meu companheiro sempre foi o chefe da nossa família. Eu sempre tive que fazer tudo o que ele quisesse, caso contrário, ele me agredia”.

(R. M. T, 34 anos)

Esse poder que o homem possuía sobre as mulheres, desde os primórdios da civilização, vai adquirindo novas formas, e vai sendo exercido através da força física.

“nem sempre, todavia a ideologia é suficiente para garantir a supremacia masculina. Os homens recorrem, com frequência, à força física para assegurar o seu poder. A violência física aparece, pois, como fato coadjutor no processo de simbolização do poder masculino.”

(Saffioti, 1984)

Seria justo, o poder que tem como consequências lesões corporais que, na maioria das vezes permanecem por toda a vida ?

A Sra. J. L., 23 anos diz que:

Convivo com L. I. há 4 anos. É uma injustiça o que o meu companheiro me faz; não agüento mais apanhar. Meu companheiro é muito violento, e já é a segunda vez que me bate, e as lesões são fortes, na primeira vez, eu quebrei o dedo e, na segunda, cortou meu braço”.

A Sra. J. S., 20 anos continua:

“Sou casada com J.S. há 2 anos, vim até o setor pedir informações, pois não sei mais o que fazer. Meu marido me agride todos os dias, até por causa de uma roupa que ele queria usar e não estava passada”.

No momento da entrevista, dona J. S. encontrava-se em sérias lesões corporais.

Aqui, faz-se necessário esclarecer o que é considerado lesão corporal, segundo o autor Bruno A. p. 181.

“entende-se por lesão corporal qualquer alteração desfavorável produzida no organismo de outrem, anatômica ou funcional, local ou generalizada, de natureza física ou psíquica seja qual for o meio empregado para produzi-la”.

Dessa forma, os conceitos de violência e agressão, explicados por Baro (1985 p.368-369), contribuem no sentido de esclarecer que a violência praticada contra a mulher pode ser originária de força (moral, psicológica).

Depoimento da Sra. R. F. G., 23 anos, casada com o senhor J. G. há 5 anos.

“No segundo ano de casamento, meu marido passou a me agredir moral e psicologicamente. Responsabilizava-me por todos os problemas que aconteciam dentro do lar”.

Relatou-nos que, mesmo vivendo nessa situação constrangedora, não dava importância; tentava superar, achando que, um dia, isso tudo passaria. Mas a situação foi-se agravando cada vez mais e chegou ao ponto de seu marido agredi-la fisicamente. Foi a partir desse momento, que dona R. não pode mais suportar.

Durante as entrevistas, pudemos analisar que essas mulheres sempre foram agredidas moral e psicologicamente por seus companheiros.

Depoimento da Sra. I.S., 31 anos,

“meu marido diz que nunca sentiu nada por mim; vive dizendo que me odeia”.

A maioria das entrevistadas nos colocaram que esse tipo de violência as deixa muito humilhadas e angustiadas, mas consideram pior a violência física, que é vista por todos.

A Sra. I.R., 40 anos, convive com o senhor G.S. há 7 anos, nos diz que:

“é diferente você ser humilhada por seu companheiro, pois ninguém fica sabendo. É diferente, se você for agredida fisicamente; todos, de uma forma ou de outra, ficam sabendo ou desconfiam.”

Conforme depoimentos das esposas espancadas, assim se apresenta o perfil do marido espancador:

No estágio inicial só ocorre chamá-la de nomes feios, utilizando linguagem ofensiva e lhe fazendo ameaças.

No segundo estágio, pode surgir um rompimento violento - chutes, socos, jogá-la no chão, cometer atos sexuais de modo violento.

No terceiro momento, ele diz à esposa que isso nunca mais vai acontecer. Mas, acontece de novo, e, vez após vez, a violência torna-se um modo de vida, onde a ameaça de morte, em caso de denúncia, é constante. Por isso, algumas mulheres não denunciam o companheiro espancador - por medo das ameaças ou vergonha.

“Vergonha, medo do abandono, da solidão, da falta de recursos para sobreviverem sozinhas, quaisquer que sejam as razões, o fato que por medo das conseqüências mas também por ignorância dos seus direitos, as mulheres não reagem a violência quando ela se exerce dentro de casa”.

(Idac, 1984)

Em seu depoimento a Sra. L.M., 31 anos, colocou que:

“Nunca registrei queixa de meu companheiro, por vergonha dos outros; não queria que minha família soubesse que ele me batia”.

É por isso que as agressões físicas dificilmente se tornam públicas; os companheiros espancadores fazem ameaças, caso as vítimas venham a denunciá-los.

Por outro lado, existe a questão da vergonha dos amigos, parentes e familiares.

V. L., 32 anos sofre maus tratos do companheiro há três anos, mas não tem coragem de denunciá-lo na delegacia de proteção à mulher, conforme encaminhamentos, pois, conforme nos colocou, o senhor J. S. lhe faz ameaças de morte.

Por causa dessas situações, as agressões físicas passam a fazer parte normal do contexto familiar, ou seja, a família passa a ser vista como instituição de silêncio, onde tudo o que acontece fica entre quatro paredes.

Dezesseis por cento das entrevistadas nos colocaram que vêm sendo espancadas por seus companheiros ou maridos há mais de 4 anos, sendo que os meios de agressão mais empregados são: socos, ponta pés, tapas, etc.

V. S. nos colocou que vem sendo espancada por seu companheiro há mais de 4 anos, nunca foi registrar queixa contra o companheiro espancador, por uma série de motivos, dentre os quais o medo, vergonha, insegurança. Colocou-nos que seu companheiro a agredia com cadeiradas e vassouradas. Relatando que:

“naquela época, eu era muito “tola”; por isso não o denunciava, mas as coisas mudaram”.

Hoje, acha-se mais segura de si por isso vem à procura de uma solução na justiça para seu problema, pois cansou de apanhar, e não acha justo, em pleno século XXI, a mulher submeter-se a maus tratos praticados pelo companheiro.

Nesses depoimentos, começa a vir à tona um certo grau de conscientização das mulheres com relação aos seus direitos. Isso fica claro, quando estas nos colocam que:

“nunca denunciei meu marido na delegacia, porque, antigamente, as coisas eram diferentes, pois tudo que acontecia dentro de casa não podia ser dito para ninguém.

*Tudo tinha que ficar entre quatro paredes.
E a gente era muito ingênua, tomava isso como
certo.”*

Continua

*“Hoje, aprendi que marido não tem o direito de
maltratar sua mulher. Pena que fui abrir os olhos
muito tarde, depois de viver nessa situação mais
de quatro anos, mas, antes tarde do que nunca.
Agora, a partir de hoje, venho denunciá-lo, pois
as coisas mudaram, e muito. Por isso, vim até o
Fórum à procura de meus direitos.”*

(D. R., 40 ano),

Podemos considerar fundamental a mudança no comportamento da mulher, que vem à procura de seus direitos e também denunciar que sofre maus tratos por seu companheiro.

As próprias mulheres relatam que cansaram de apanhar e de viverem caladas perante estas situações.

Podemos ilustrar o que acima colocamos com o seguinte depoimento.

*“Chega de ser submetida a maus tratos e ficar
calada.*

*Temos que ir à procura dos nossos direitos,
apesar de tudo, somos todos de carne e osso.”*

(M. L., 38 anos)

Considerações finais

Ao chegarmos ao término deste trabalho, ficam evidenciados alguns aspectos que foram fundamentalmente significativos durante o nosso processo de aprendizado, com estagiárias na Vara da família, no Fórum da Capital.

Constatamos, através da pesquisa realizada, que a violência contra a mulher emerge das situações cotidianas, enfrentadas pelas famílias usuárias do Fórum da Capital. As mulheres sofrem violência dentro de seu próprio lar, e o responsável pela agressão física é seu marido ou companheiro. Essa agressão é caracterizada como violência doméstica. A família constitui o “locus” privilegiado de relações cronicamente violentas.

Podemos constatar que essa violência, de que as usuárias são vítimas, é fato presente em seus lares, e cada dia mais se singulariza, passando a haver uma sensibilização para o discurso que fala de uma violência originária das relações entre os sexos. E é em tais relações que se evidencia o poder de dominação exploração e opressão que o homem exerce sobre a mulher.

Evidenciamos que estas mulheres reagem a essa problemática de várias formas, dependendo da situação em que se encontram; 60% não reagem à violência por uma série de motivos, dentre eles: o medo, a vergonha, o abandono, a dependência econômica do companheiro e as constantes ameaças feitas por este, de que, caso venham a denunciá-los, nunca mais verão os filhos.

Embuidas destes sentimentos, não encontram saída, e passam a conviver com passividade.

Essas mulheres permanecem no relacionamento com o companheiro espancador, por todas essas questões já citadas neste estudo.

Também é um fato muito importante a ser colocado é que as mulheres desconhecem seus direitos. 40% das entrevistas entendem que devem denunciar o companheiro, pois cansaram de ser agredidas e ficar caladas; estas colocaram que os tempos mudaram, e não é justa a agressão física praticada por ele.

No capítulo dois, deste trabalho, evidenciam-se os vários atendimentos e encaminhamentos, que realizamos com essas mulheres que apresentam essa problemática.

Estas, como já citamos, desconhecem os direitos e, muitas vezes, não sabem como agir à agressão, nem mesmo a que instituição recorrer para efetivar a denuncia.

Desse modo, recorrem ao Fórum, por este ser um órgão de poder decisório e acreditam que sua situação será solucionada imediatamente.

Através de nossa prática procuramos esclarece-las quanto aos direitos e a importância de efetivar a denuncia da agressão sofrida por seu marido ou companheiro. Enfatizamos, ainda, que o registro da ocorrência é um documento de fundamental importância para iniciar os trâmites de um processo, caso queiram entrar com uma ação de separação de corpos.

A partir da prática, e realização desse estudo, compreendemos que já se inicia, na questão da violência contra a mulher, uma tentativa destas superar a violência de que são vítimas, através de instituições e órgãos próprios.

Apesar da dedicação, reflexão e seriedade na elaboração dessa pesquisa, reconhecem-se as limitações que a mesma possa conter. Acredita-se, entretanto, ser o presente trabalho uma contribuição às pessoas interessadas no assunto, e para a elaboração ou continuidade de estudos e pesquisas sobre a violência contra a mulher.

SUGESTÕES

1. Elaboração e distribuição de boletins informativos e/ou cartilhas básicas sobre os direitos da mulher. Essas cartilhas e/ou boletins seriam elaboradas de forma ilustrativas, para uma melhor compreensão, já que a demanda atendida é constituída por pessoas com baixo grau de instrução.
2. Formação de grupo de apoio à mulher vítima de violência e a família desta.
3. Mais delegacias que atendam a esta problemática, a qual iria contribuir para a ampliação do trabalho e, conseqüentemente, menor concentração da demanda.
4. Cada instituição que possua em seu quadro funcional o Serviço Social, tenha um cadastro de todos os recursos existentes na comunidade, pois caberá a este, auxiliar nos encaminhamentos e atendimentos das usuárias.

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, Andréa; CESAR Arnaldo. **Especial Mulher**. Revista Veja. São Paulo. Editora Abril. Agosto/Setembro. Ano 1994.
- ALVES, Branca Moreira & PITAMGUY, Jacqueline, **O que é feminismo**. p.11-12.
- ARNS, Paulo Evaristo, 1921. **A violência em nossos dias**. Cardeal ARNS. São Paulo: Ed. Salesiana. Dom Bosco, 1982.
- AZEVEDO, Maria Amélia de, **Mulheres Espancadas; a violência denuncia**. 1987. 120p.
- BARO, Ignacio Martin. **Accion e Ideologia da Psicologia Social desde Centro América**. Coleccion Textos Universitários, Série Psicologia, Son Salvador, El Salvador, C. A. UCA Editores, 1983-1985.
- BOTTURA Junior, Winer, **A paternidade faz diferença**. S.P. Editora gente, 1994. p.29.
- BRUNO, Anibal. **Direito Penal**. Tomo 4º parte. Especial I. Crime contra a pessoa. Rio de Janeiro, São Paulo, Forense, 1958
- BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM. **Guia de defesa das mulheres contra a violência**. Brasília. Marco Zero. 1987.
- BRASIL. Constituição (1988), **Constituição da República Federal do Brasil**. São Paulo.
- CARVALHO, André. **Poder**. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1987.
- CARVALHO, Nomi Valadines de. **A condição feminina**. São Paulo: Vértici, Editora Revista dos Tribunais, 1988 (encicloédia abeta de Ciências Sociais:4)

- CHAUI, Marilena. **Repressão e sensualidade**. São Paulo, Brasiliense, 1984. "Participação do debate sobre a Mulher e Violência". In: CARDOSO, Ruth et al. - Perspectivas antropológicas da mulher, sobre Mulher e Violência, 4. Rio de Janeiro, Zahor, 1985, p. 35.
- DALLARI, Dalmo Abreu. **O que são direitos da pessoa**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FALCÃO, Maria do Carmo Branditi. **Cadernos de Ação e Serviços de proteção Familiar**. IEE. PUQ SP/ CBIA, 1994.
- GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- GODELIER, Maurice. **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- GOLDEMBERG, Moema Toscano. **A revolução das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1982.
- GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas um estudo sobre mulheres relações violentas e práticas feministas**. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1985.
- HEIBORN, Maria Luiza. **Cidadania para as mulheres**. Simpósio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. In: violência. Curitiba, volume 5, nº 28, janeiro/fevereiro. 1987.
- KNABBEM, Julia de Macedo. **Mulher, vítima de violência**. Atendida pela 6ª Delegacia de Polícia da Capital - SC. Florianópolis: UFSC, Departamento de Serviço Social, 1992 (Trabalho de Conclusão de Curso).
- LANGLEY, Roger e LEVY, Richard. **Mulheres espancadas, fenômeno invisível**. São Paulo: Hucitec, 1980.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência.** São Paulo: Brasiliense. 1983. p.94. (Coleção primeiros passos, 85).

OLIVEIRA, Rosiska Dercy de; BARSTED, Leila Linhares & PAIVA. **Projeto Instituto de Ação Cultural - IDAC. A violência doméstica.** Rio de Janeiro: Vozes, volume 1.

PRADO, Danda. **Ser esposa: A mais antiga profissão.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **O que é Família.** 11a, editora São Paulo: Brasiliense. 1989. 92p. (Coleção primeiros passos).

RICHARDSON, Robert Jarry et al.. **Pesquisa Social. Métodos e Técnicas.** São Paulo: Atlas, 1985. 287p.

SAFFIOTI, Heleith, I.B. **A mulher na sociedade de classes, mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1979. 384p.

SAFFIOTI, Heleith, I.B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987. 120p.

SALOMÉ, Jacques. **Relação de ajuda: guia para acompanhamento psicológico de apoio pessoal, familiar e profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SOCIEDADE TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS. **Esposas Espancadas.**
Revista Despertai. 22 de novembro de 1988. Vol. 69, nº 22. 3-7p.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência.** Mulheres pobres e ordem urbana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. 394p.

THIESEN, Maria Dolores. **Mulher e a violência publicizada atendida pela 6ª delegacia de polícia da capital - S.C. Florianópolis: UFSC. Departamento de Serviço Social, 1983** (Trabalho de Conclusão de Curso).

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.**

VERUCCI, Florisa. **A mulher e o Direito. São Paulo: Nobel, 1987.**

VIEZZER, Moema. **O problema não está na mulher. São Paulo: Cortez, 1989. 173p.**

WEBER, Eliaziana & FONTANA, Neide Maria. **A Participação da Mulher Assistente Social na sua Entidade Representativa de Categoria - APASC. Florianópolis: UFSC, 1984, 125p. (Trabalho de Conclusão de Curso).**